



A LITERATURA ANTE GUERRAS, FOGUEIRAS E DECRETOS: UMA DISCUSSÃO HISTÓRICO DA CENSURA LITERÁRIA

Leonardo Vinícius Sfordi da Silva¹

Resumo: A censura de materiais artísticos e literários vem retornando em nosso cotidiano, tanto a partir de políticas governamentais quanto de outras instituições sociais. Essa prática, no entanto, não é nova no mundo ocidental, os cerceamentos já foram institucionalizados e recorrentes em momentos anteriores da nossa civilização. A partir disso, este artigo tem como objetivo evidenciar os principais momentos históricos em que a censura ganhou corpo, os mecanismos e os discursos repressivos que engrenavam a prática cerceativa pelos agentes de controle sob a literatura geral e infantojuvenil. Desse modo, esta pesquisa é de natureza qualitativa, pautada em uma revisão bibliográfica, sintetizada a partir do quadripartismo histórico e da história das mentalidades.

Palavras-chave: Censura. História. Literatura.

LITERATURE BETWEEN WARS, BONFIRES AND LAWS: A HISTORICAL DISCUSSION OF LITERARY CENSORSHIP

Abstract: The censorship of artistic and literary materials has returned in our daily lives, from government policies and other social institutions. This practice, however, is not new in the Western world, the restrictions were already institutionalized and recurrent in previous moments in the history of our civilization. Based on this, this article aims to highlight the main historical moments that censorship took shape, the repressive mechanisms and discourses that intertwined the surrounding practice under the literature by control agents. Thus, this is a qualitative research, based on a bibliographic review, synthesized from the historical quadripartism and the history of mentalities.

Keywords: Censorship. History. Literature.

Introdução

A importância de estudar a História da censura está em analisar como ela se insere em sua época e é fruto das instituições vigentes, das ideias e mentalidades instituídas. Há teorias que apontam que uma das aplicações do estudo da ciência histórica é humanizar o homem; outras, que sua incumbência

¹ Doutorando em estudos da linguagem (UEL), mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo programa de pós-graduação em Letras (PLE-UEM). Especialista em Metodologia do ensino de língua portuguesa e em Psicologia educacional pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (2018); graduado em Letras: Português/Inglês (UEM) e em História e Pedagogia (UNICESUMAR). Atualmente, é professor do quadro próprio do magistério da prefeitura de Mandaguçu-PR.



é não permitir que hoje se repitam os mesmos erros do passado. Assim, um breve panorama histórico da censura das obras escritas se faz de grande valia para compreender o processo e os ideais dos cerceamentos no decorrer da história humana. Ao longo deste estudo, é observado que a História não está tão longe da atualidade, dado que as ideias constituídas no passado ainda podem ser verificadas nos discursos atuais.

A censura sempre foi um modo de controle do pensamento sob um determinado povo a partir da não “proliferação” de ideias as quais poderiam afetar a ordem vigente em um determinado período. Segundo Fernando Baez (2006, p. 9), “os principais destruidores de livros sempre tiveram como maior motivação o desejo de aniquilar o pensamento livre, os conquistadores atribuíam à queima da biblioteca do inimigo a consagração de sua vitória”.

Como não é possível – e tampouco é o objetivo deste estudo – apresentar detalhadamente os múltiplos momentos da História em que a censura ocorreu, selecionamos três marcos relevantes para este estudo. O primeiro deles, na Idade antiga, mostra a forma como a literatura era vista em sua gênese e como ela já era recebida como perigosa na epistemologia filosófica antiga; o segundo momento, Idade Média e Moderna, elucida como a Igreja católica teve uma performance que permitiu a censura de diversos livros com mecanismos de fiscalização e severas punição; por último, é apresentada uma visão da idade contemporânea, no século XX, a partir dos modelos de governos autoritários e repressores — como as ideologias nazifascistas, o estado novo da Era Vargas e a ditadura militar brasileira —, como milhares de bibliotecas foram queimadas e livros proibidos, inclusive pela legislação vigente no período.

Antiguidade: A sistematização e o questionamento da literatura

A idade Antiga, a partir da ótica eurocêntrica, marca a primeira grande era da humanidade, sua gênese é concomitante ao advento da escrita, o que revela a importância dessa atividade para o desenvolvimento humano. É oportuno ressaltar que a oralidade ainda é a forma mais difundida da arte literária nesse período, pois “as dificuldades materiais da produção literária (os processos



técnicos da escritura muito complicados, a raridade do pergaminho...) tornaram impraticável a formação de movimentos literários” (SPINA, 1997, p. 16).

Ainda sem a hegemonia da Igreja católica, a escrita apresentava função pragmática de organização e estava circunscrita a uma parcela ínfima ligada aos grandes reinos; de modo consequente, não há — e está muito longe de ter — uma literatura destinada às crianças e aos adolescentes. A função utilitária é a principal marca da utilização da escrita nessa época e encontra magnitude no Egito antigo, como o desenvolvimento do livro dos mortos em que diversos escritos em papiros foram realizados com, entre outras causas, a finalidade de guardar memória para a posterioridade.

Outro exemplo de que a literatura também não escapava do pragmatismo são as epopeias, as quais, mesmo sendo providas de elementos literários (jogos de palavras, linguagem denotativa, metáforas, entre outros recursos), eram marcadas com o principal objetivo de recuperação da tradição e da criação de um imaginário histórico relacionado à gênese das grandes civilizações, como *A Ilíada* e *Odisséia* de Homero e a *Eneida* de Virgílio.

No período clássico, não havia a noção de literatura como atualmente, ela era representada principalmente pela poética e já recebia diversas críticas em relação a sua finalidade, relevância e seus efeitos nos leitores. Platão pontuava que a arte da escrita era imitação e, logo, pertencia ao mundo sensível, o que nos afasta do conhecimento real. Conforme o filósofo:

[...] toda a arte imitativa, por um lado está muito afastada da verdade em tudo que tem por seu objeto e por outro, a parte de nós mesmos com que ela se une em relação de amizade está muito distanciada da sabedoria e nada se propõe de verdadeiro e sólido. [...] A imitação é, portanto, má em si, une-se ao que há de mal em nós e só pode produzir maus efeitos (PLATÃO, 2000, p. 279-280).

Para Platão, a literatura não era vista com magnificência, pois esta criação artística era uma cópia da cópia do mundo material (o qual já era uma cópia do mundo das ideias), ou seja, a literatura era considerada uma cópia de 3º grau. Para o filósofo, cujo objetivo não era desenvolver uma epistemologia artística, mas buscar a verdade, a literatura era baseada no simulacro, o qual poderia corromper a verdade e distorcer a busca pelo conhecimento. Conforme o filósofo,



“poesia é veneno para os que a ouvem, se não estiverem munidos de seu antídoto, que consiste em dar o justo valor a tais coisas” (PLATÃO, 2000, p. 271). Consciente do que o veneno poderia proporcionar à sociedade grega da época, Platão propôs que os artistas, de forma geral, deveriam ser expulsos da República por desviar os cidadãos da moral vigente e afastar ainda mais o processo de reminiscência ao qual o ser humano deveria passar para conseguir atingir o conhecimento do mundo inteligível.

Aristóteles, na antiguidade clássica, realizou a primeira tentativa de sistematização dos gêneros literários, organizando os textos a partir de características e formas de conteúdo comum, sendo classificados em: épico, lírico e o dramático. Aristóteles hierarquizou os gêneros literários e considerou a tragédia como uma literatura superior por abordar ações de caráter elevado ligadas às questões éticas e que levam à catarse.

[...] a tragédia é uma mimésis de uma ação nobre, completa e de certa extensão, em linguagem embelezada separadamente pelas diversas formas de cada parte; é mimésis que se realiza por agentes e não por narrativa, e que conduz, através da piedade e do temor, para a purificação de tais emoções (ARISTÓTELES, 1992, p. 24).

Discípulo de Platão, Aristóteles propôs, na *Poética*, uma oposição ao pensamento de seu mentor ao tecer que a Literatura possibilitava ao Homem grego ter contato com experiências cotidianas e emocionais e, por essa razão, poderia ser “humanizado” a partir do princípio catártico. A Literatura, assim, não é vista como era na perspectiva negativa platônica, que afastava o Homem da busca da verdade, pois, para Aristóteles, é possível encontrar a razão no mundo sensível. Dessa forma, a arte literária é constituída pelo poder de agregar uma experiência sentimental profunda, a qual purifica no momento que o Homem responde à obra por meio de sentimentos.

Aristóteles também contribuiu para a metalinguagem literária ao propor as conceituações de verossimilhança, ligada ao conceito de *mímeses*, como um fator visto como positivo ao texto literário. Sintetizando esse pensamento:

A mímesis aristotélica é um contraponto à mímesis de Platão, não define o valor artístico (baixo) mas vem resgatar o valor de verdade: se, para Platão,



a imitação era o distanciamento da verdade e o lugar da falsidade e da ilusão, para Aristóteles, a imitação é o lugar da semelhança e da verossimilhança, o lugar do reconhecimento e da representação (SANTORO, 2007, p. 6)

Além das concepções filosóficas acerca da literatura, a censura explícita a partir da queima de livros pôde ser constatada desde a antiguidade, mesmo sem muitos dados acerca do assunto, a destruição da biblioteca de Alexandria, no século III d.c., é um dos maiores exemplos de censura na antiguidade. Além disso, segundo Pedro Cerrillo e María Victoria Sotomayor (2016), na Roma antiga, anterior a cristo, “a censura era comum, tanto lá [Roma] como nos territórios conquistados: em Cartago, o Publio Cornélio Escipión ordenou a destruição de livros escritos em qualquer outro idioma que não o grego”² (CERRILLO; SOTOMAYOR, 2016, p. 14 – tradução do autor da dissertação).

A censura da Igreja Católica na Idade Média e Moderna

A Idade Média é o mais longo período histórico, com duração extensiva de mais de dez séculos e, por isso, sua classificação em períodos ainda é problematizada por diversos historiadores. Utilizada no senso popular de Idade das trevas, foi marcada pelo processo de feudalização, ruralização da população, descentralização do poder político e administrativo e pelo baixo desenvolvimento da ciência e da cultura geral, subordinada aos aspectos da Igreja católica. É importante salientar, já de imediato, que cada época é fruto de suas condições sociais, históricas e culturais; assim, não devemos nos ater à Idade Média com um olhar meramente negativo, pois não havia, na época, uma condição intelectual e uma visão de mundo a qual permitisse que aflorassem essas problematizações.

No Ocidente, segundo Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (1999), o livro com maior expoente foi a Bíblia, entretanto sua leitura e compreensão não conseguiriam ser feitas pela população, pois a leitura poderia ser perigosa, uma

² No original: “la censura era algo habitual, tanto allí como en los territorios conquistados: en Cartago, Publio Cornélio Escipión ordenó la destrucción de los libros escritos en cualquier lengua que no fuera el griego”. (CERRILLO; SOTOMAYOR, 2016, p. 14)



vez que as pessoas poderiam distorcer a palavra divina; por essa razão, a interpretação dos textos bíblicos deveria ser homogênea e estava restrita à interpretação dos párocos e da elite clerical. A leitura da Bíblia, então, ficava ainda mais limitada, pois deveria ser feita na língua original, latim, uma vez que, segundo essas concepções, a tradução limitaria o sentido e, conseqüentemente, proporcionaria uma ideia errônea.

A Igreja católica é a instituição mais influente e é o expoente unificador da Idade Média, chegando a deter mais da metade da Europa ocidental em seu auge. Assim, essa instituição marcou a autoridade social da época a partir da dominação da população pela fé cristã, modalizando o pensamento vigente aos seus interesses e punindo das mais variadas formas quem divergisse de seus preceitos. O controle da população, de seus pensamentos e de suas práticas cotidianas era feito a partir de ameaças, cuja doutrina teológica denominava heresias tudo o que divergia da moral e da ética cristã católica.

No entanto, a Igreja medieval tem seus preceitos, moral e a veracidade de suas condutas questionadas na era moderna a partir de marcos, como o Renascimento cultural, as reformas religiosas, a formação dos estados nacionais — com a forte presença do absolutismo —, colonização, dentre outros. A era Moderna é um período muito importante para o desenvolvimento da literatura, há o surgimento da prensa e a popularização das obras escritas.

A reforma religiosa teve como um dos seus marcos difusores as noventa e cinco teses propagadas por Lutero que, com a intenção de moralizar o clero, tecia críticas em relação à dominação da Igreja católica, seus abusos de poder, venda de indulgências, simonias e seu sistema repressivo. No que concerne à nossa temática, as principais críticas defendidas pelos reformadores são a livre leitura e interpretação da bíblia e sua respectiva tradução para o vernáculo.

A reforma protestante viu no surgimento e na consolidação da prensa um meio de divulgação e de propagação de suas ideias divergentes do poderio cristão católico. O surgimento da prensa, por outro lado, incomodou a Igreja católica. Assim,



Os escribas, cujo negócio era ameaçado pela nova tecnologia, deploraram desde o início a chegada da impressão gráfica. Para os Homens da Igreja, o problema básico era que os impressos permitiam aos leitores que ocupavam uma posição baixa na hierarquia social e cultural estudar os textos religiosos por conta própria, em vez de confiar no que as autoridades contavam (BRIGGS; BURKE, 2006, p. 26)

Com o surgimento da prensa, a literatura se tornou mais acessível ao grande público; simultaneamente, houve a consolidação de uma burguesia emergente e do academicismo em expansão que “havia capturado do clero o monopólio da faculdade de ler e escrever, criando um novo e vasto mercado para o material de leitura” (MEGGS; PURVIS, 2009, p. 91).

A Igreja católica de urgência precisou responder suas críticas para a manutenção do poderio na sociedade daquela época e, assim, aumentou ainda mais a repressão que vinha fazendo desde a criação do Santo Ofício, utilizando da censura a partir da apreensão de livreiros, fogueiras, encarceramentos, entre outros.

O tribunal do Santo Ofício teve início em 1233, criado pelo papa Gregório IX (1227-1241), sua intenção primária era purificar as heresias constantes e reestabelecer a identidade da Igreja Católica, entretanto também foi utilizada para fins políticos e econômicos. Dessa forma, as penas propostas pelos tribunais da inquisição para quem desafiava o poder católico e sua moral variavam desde interrogatórios até torturas e assassinatos.

Os maiores e mais expressivos sistemas de censura de livros foram os índices de livros proibidos (*Index Librorum prohibitorum*) que, com a justificativa de livrar os fiéis do mau caminho pelos livros heréticos que afastam a palavra de Deus, censuraram (durante quatro séculos) milhares de livros, como reedições de textos bíblicos, materiais de cunhos científicos e livros literários, os quais poderiam ser prejudiciais para a moral da igreja e dos fiéis. A justificativa era que o Index apresentava uma seleção de livros proibidos por subverter a moral e os preceitos do cristianismo vigente no período.

O temor dos católicos constitui outro atestado do impacto do livro protestante. Desde os primeiros anos da Reforma, livros heréticos são aprendidos por quase toda a parte. São atirados ao fogo, como em Lovaina já em 1520. Mas, no início, a polícia está mal preparada para agir



eficazmente. Um controle mais rigoroso se estabelece: após 1540 a venda de porta em porta e a comercialização de livros heréticos nos países católicos encontram certas dificuldades. Numerosos livreiros itinerantes são encarcerados e condenados à fogueira, mas isso não detém a vaga. Para esclarecer os livreiros e os fiéis, as autoridades católicas começaram a redigir Índices Librorum prohibitorum (CAVALLO; CHARTIER, 1999, p. 51)

Os mecanismos de censura não se resumiam apenas às publicações dos Index; era de suma importância a qualquer pessoa provar que não detinha e nem lia os escritos presentes na lista. Segundo Fernando Baéz (2007, p. 120), “a Inquisição utilizava agentes para fiscalizar as livrarias e também as bibliotecas particulares. Mas era nos portos de mar e na fronteira francesa onde havia mais vigilância. Examinavam-se não só os pacotes de livros, mas toda espécie de mercadoria”.

Em relação aos livros literários especificamente, diversas obras e autores que fazem parte do cânone literário atual também contemplaram a lista de censura da Igreja católica, sendo alguns deles *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, *Os miseráveis* e o *Corcunda de Notre dame*, de Victor Hugo, além de outras obras de Alexandre Dumas e La Fontaine.

Conforme Robert Darton (1998), com as longas listas, séculos de proibições e punições da Igreja católica, um comércio livreiro ilegal emergiu com o intuito de obtenção de lucro; assim, o livro proibido adquiriu um alto valor e se tornou uma mercadoria importante. Distintos locais iniciaram a venda de livros ilícitos, segundo Darton (1998, p. 67): “Embora em termos de caráter os livreiros se diferissem, os livros vendidos eram essencialmente os mesmos, o que variava era a disposição de correr riscos”.

É perceptível a influência política e econômica do Antigo Regime, com ênfase à soberania real, no que se refere à censura de livros. Para Robert Darton (1998), durante as décadas de 1770 e 1780, na França, os livros censurados eram classificados em critérios específicos, assim confiscavam “livros subversivos de acordo com três critérios especificados por editos reais e relatórios de censura: solapar a autoridade do rei, atacar a Igreja ou ferir a moralidade convencional” (DARTON, 1998, p. 20). Além desses motivos, a censura recebia a classificação em relação ao seu “perigo”:



Entre 1771 e 1789, a guilda dos livreiros de Paris registrou os títulos de todos os livros apreendidos na aduna parisiense. Inicialmente classificou sob três rubricas gerais: “livros proibidos” (que deveriam ser confiscados ou destruídos), “livros não permitidos” (que em alguns casos tinha que voltar ao remetente) e “livros piratas” (que deviam ser vendidos em proveito do livreiro que detinha o privilégio original). (DARTON, 1998, p. 20)

Sintetizando, a Igreja Católica dominou por séculos não apenas o que ler e quais livros eram permitidos, mas a maneira como ler, punindo intensamente — a partir dos castigos da inquisição — os hereges. O antigo regime, de modo semelhante, aproveitou-se das estratégias católicas e puniu não apenas quem questionava a moral religiosa, mas também as concepções políticas. Por sua vez, a prensa e a livre interpretação defendida pelos reformadores, mesmo não erradicando a censura, tiveram importância para a disseminação da literatura como temos hoje e foram imprescindíveis no combate à censura feita pela instituição católica.

A Idade Contemporânea: Guerras, totalitarismos e censura

A Idade Contemporânea tem como marco inicial a Revolução francesa, em 1789, e perdura até o momento atual. Com o esgotamento do antigo regime absolutista, é marcada por uma grande transformação política, de ideais liberais na Europa, liberalismo econômico, nacionalismos e ultranacionalismos que resultaram em neocolonialismo, regimes totalitários e grandes guerras mundiais.

Com o desenrolar da modernização e com o advento da era contemporânea, surge o conceito de infância e juventude, atrelado à ascensão da industrialização e à modernização da classe burguesa. Desse modo,

antes do século XVIII, não havia o que se convencionou chamar literatura infantil, ou infantil e juvenil, denominação mais recente. Somente com a ascensão da burguesia e com a conseqüente valorização da família unicelular, preocupada com a afetividade entre seus componentes (pai, mãe e filhos), a sociedade promoveu a reorganização da instituição escolar, que passou a atender aos novos ideais burgueses. A constituição do modelo familiar burguês, no século XVII, propiciou o reconhecimento da infância, etapa da vida até então considerada igual a todas as outras (MARTHA, 2011, p. 15).



Essa literatura tem sua gênese e entra diretamente nas condições capitalistas e mercadológicas de produto e de consumo. “Autores todos da segunda metade do século XIX, confirmam a literatura infantil como parcela significativa da produção literária da sociedade burguesa e capitalista” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 20). Entretanto, mesmo com a mudança das estruturas que a industrialização e a modernidade trouxeram, a proibição de obras literárias continuou vigente nas formas de dominação autoritária, agora não apenas as perspectivas religiosas eram passíveis de cerceamentos, mas as concepções político-econômicas também eram alvos de perseguições.

Eventos que marcam a idade contemporânea são as guerras mundiais e a ascensão do nazifascismo como ideais de pensamento e de modo de vida. Fundamentada na concepção do ultranacionalismo, da superioridade dos povos germânicos e do antissemitismo, a ideologia nazifascista se mostrou radicalmente intolerante ao diferente. As concepções nazistas se perpetuaram em diversas esferas artísticas, com os investimentos maciços em propagandas, cujo objetivo era enaltecer a cultura e a ideologia da época.

A partir da instituição de um ministério voltado à propagação das ideias nazistas, este chefiado por Joseph Goebbels, valorizou-se a cultura e o pensamento alemão da época; ocorreu também a repressão de múltiplas expressões artísticas em diversas esferas, seja na pintura, na música, no cinema e na literatura. Eram censurados artistas que divergiam dos preceitos nazistas ou obras que colocavam em perigo a hegemonia do Estado alemão.

Um dos momentos mais marcantes da censura nazista alemã foi, no ano de 1933, o saque, a perseguição e a queima de milhares de livros (e também livrarias completas), por ter conteúdos considerados impróprios aos ideais conservadores do nazismo, como ser publicados por judeus ou não arianos, temáticas que ressaltavam outras etnias ou, ainda, que fizessem oposição explícita a Alemanha.

Em 10 de maio de 1933, os estudantes alemães organizaram um “ato contra o espírito não alemão” em 19 cidades universitárias do País. Compilaram uma lista de livros “não alemães”, pegaram-nos em todas as bibliotecas que



conseguiram encontrar, amontoaram-nos em praça pública e atearam fogo (EVANS, 2014, p. 513).

Uma década depois, a queima de livros se massificou e o bombardeio de bibliotecas atingiu diversos países do globo, como Inglaterra, França e Itália. Na própria Alemanha, milhões de obras foram queimadas.

Na noite de 9 de março de 1943, foram destruídos quinhentos mil livros sobre humanidades e ciências naturais na Biblioteca da Baviera, onde se perdeu a maior coleção de bíblias do mundo. Na cidade de Aachen, cinquenta mil volumes da biblioteca da Universidade Técnica, juntamente com centenas de teses de doutorado e periódicos, foram destruídos em julho de 1943. Berlim, a capital, foi o cenário dos combates mais sangüinários. Milhares de mortos ficaram estendidos nas ruas e as perdas culturais foram enormes. A Staatsbibliothek perdeu dois milhões de obras. Cerca de vinte mil volumes foram reduzidos a cinzas durante os ataques à Universidade de Berlim (BAEZ, 2006, p. 190).

Contemporâneo ao nazismo alemão, o Brasil similarmente permeou ideias conservadoras e um regime político extremista. Ilustrando esse postulado, há o governo, conhecido como Estado Novo, de Getúlio Vargas. Segundo Lira Neto (2013, p.7), Getúlio Vargas acabou com órgãos que garantiam a democracia ao “suspender a Constituição Federal, dissolver o Congresso, as Assembleias Legislativas e as Câmaras municipais, destituir prefeitos e governantes dos estados, eliminar as prerrogativas individuais e instituir um tribunal de exceção para julgar crimes políticos”.

Com o interesse de centralizar o poder em suas mãos e utilizando meios autoritários, Getúlio Vargas fez um forte controle das mídias e das manifestações artísticas em geral. As obras que divergissem dos ideais conservadores da época eram taxadas de apologia ao comunismo e, por essa razão, “em 19 de novembro de 1937, centenas de livros foram queimados em Salvador por determinação do Interventor Interino da Bahia” (CARNEIRO, 2002, p. 71).

No período em que Vargas ficou no poder, a produção da literatura infantil e juvenil aumentou em grande quantidade; entretanto essa demanda tinha vínculos com o anseio do Estado, que passou a exercer controle sobre a cultura de modo geral:



A cultura popular e a literatura infantil e juvenil expandem-se, nesse período, em razão de seu atrelamento ao Estado. Os desfiles carnavalescos são subvencionados pelo Governo de Getúlio Vargas e assumem cunho histórico e pedagógico, assim como a escola primária acata a produção literária e a difunde largamente entre seus alunos. Em razão disso, muitos escritores consagrados aderem ao gênero, legitimando-o. [...] no entanto, a facilidade de trânsito nas instituições de ensino depende da adequação de temas e de linguagem às necessidades dos programas vigentes. Por essas vias, o Estado também controla a criatividade, a fantasia e a expressão artística (AGUIAR, 2011, p. 57)

Assim, durante o Estado novo era perceptível o crescente domínio da literatura destinada a crianças e jovens, uma vez que esta também não escapou das mãos dos censuradores e suas práticas, como em 1937, quando foram feitas pela polícia “buscas em diversas livrarias do Rio de Janeiro apreendendo títulos ‘nocivos’ à sociedade, entre eles, Tarzan, o invencível, por empregar o termo ‘camarada’, identificado como comunista e ferramenta de ‘doutrinação bolchevista’” (CARNEIRO, 2002, p. 71).

Em 1939, Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com os objetivos de garantir maior controle da propaganda nacional e evitar a difusão de ideias que discordassem do governo, sobretudo as de cunho comunista. O DIP realizou cerceamentos à cinematografia, à televisão, ao teatro, ao rádio e aos textos literários — principalmente aqueles de cunho político e social — ao ir de encontro com as ideias da constituição de 1937, artigo 122:

Todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escripto, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescriptos em lei. A lei pôde prescrever:

- a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança publica, a censura prévia da imprensa, do theatro, do cinematographo, da radio-difusão, facultando á autoridade competente prohibir a circulação, a diffusão ou a representação;
- b) medidas para impedir as manifestações contrarias á moralidade publica e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas á protecção da infancia e da juventude;
- c) providencias destinadas á protecção do interesse publico, bem estar do povo e segurança do Estado. (BRASIL, 1937, p. 31).

Décadas depois, houve o golpe de Estado protagonizado com a chegada dos militares ao poder, com a justificativa de defender o Brasil de uma aparente



ameaça comunista. Diversas atitudes autoritárias foram tomadas, sendo algumas delas oposição e perseguição às grandes universidades, principalmente nos departamentos de Humanidades; perseguição, prisão e assassinato de opositores ao governo; aparelhos de censura para todas as ideias que não dialogavam com as ideias conservadoras do governo.

No que tange à literatura infantil e juvenil, a questão se torna, então, como transformá-la em projeto moral e político, por isso a censura literária ainda continuou como forma de manutenção do poder, minando a voz da oposição. Dessa forma, as manifestações da literatura infantil e juvenil que não servissem aos interesses vigentes do Estado estavam proibidas de circular; nesse período, a censura ficou ainda mais explícita, inclusive, na forma de lei:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;
Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. [...]

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal. (BRASIL, 1968, on-line)

A censura teve um novo ápice na ditadura militar com a vigência do ato institucional número 5 (AI-5) que, dentre outras proibições, impunha a suspensão de direitos, a proibição de atividades de natureza política, a liberdade vigiada, a proibição de frequentar determinados locais, confiscar bens pessoais, entre outros modos de privação de liberdade (BRASIL, 1968). As obras censuradas eram de múltiplas temáticas, como as de cunho ficcional, social, político (marxista), pornográfico.

Já a literatura destinada aos jovens, segundo Josenildo Oliveira Morais (2011), escapou em massa da censura, devido ao fato de que os censuradores subestimavam essa literatura. Nas palavras do autor, “isso se dava devido ao fato de acreditarem que o livro infantil era apenas mais um ‘brinquedinho’ e, como tal, inofensivo ao sistema” (MORAIS, 2011, p. 97).



Próximo ao fim da ditadura militar, na segunda parte da década de 1970, intelectuais, escritores, artistas e professores começaram a questionar mais vigorosamente essa censura, resistindo e repudiando o autoritarismo. À vista disso, após um grande número de perseguições, mortes e proibições literárias, o Estado retornou com um longo percurso de redemocratização e abertura política, interrompendo as leis explícitas de censura com o intuito de garantir a liberdade de expressão.

Considerações Finais

No decorrer deste artigo, trilhamos um percurso que visou mostrar as motivações, os discursos e as concepções de leitura e literatura por trás dos principais marcos históricos da censura presentes na literatura. Assim, como resultado das discussões, é perceptível que nossa sociedade ainda não conseguiu superar os acontecimentos do passado, pois continua a empregar métodos ortodoxos e coercitivos para monologizar os discursos com vistas à manutenção do *status quo*.

Consideramos também que a literatura foi alvo constante de fogueiras, decretos e dos discursos cerceadores, em razão da concepção de que este sistema literário deva se configurar como pedagógico e submisso às questões ideológicas de terminada época — e não como uma obra artística marcada pela gratuidade e qualidades estéticas.

Referências

- AGUIAR, V. T. A literatura infantil e juvenil brasileira faz história. In: MARTHA, A. A. P. **Tópicos de Literatura Infantil e Juvenil**. Maringá: Eduem, 2011. cap. 3, p. 51-70.
- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1992.
- BAÉZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias a guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Diário Oficial [da] União, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Seção 7, p. 22365.



- BRASIL. **Constituição (1968)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial.
- BRIGGS, A; BURKE, P. **Uma história social da mídia** - de Gutenberg à Internet.. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006
- CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, ideias malditas**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2002.
- CAVALLO, G. e CHARTIER, R. (Org.) **História da leitura no mundo ocidental** (Vol.2). São Paulo: Ática, 1999.
- CERRILLO, P. C.; SOTOMAYOR, V. **Censuras y LIJ en el siglo XX**. 1. ed. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 2016. 468 p.
- DARNTON, R. **Os best-sellers proibidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- EVANS, R. J. **O Terceiro Reich no poder**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. **Literatura Infantil Brasileira: História e histórias**. São Paulo: Ática, 2007.
- MARTHA, A. A. P. Literatura infantil e juvenil: concepções introdutórias. In: MARTHA, A. A. P. **Tópicos de Literatura Infantil e Juvenil**. Maringá: Eduem, 2011. cap. 1, p. 15-24.
- MEGGS, P.B; PURVIS, A.W. **História do design gráfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- MORAIS, J. O. **A literatura Infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar**. 2011. 110 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2011. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2611/2/Josenildo%20Oliveira%20de%20Morais.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- NETO, L. **Getúlio II 1930-1945: do governo provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Hemus, 2000 .
- SANTORO, F. **Sobre a estética de Aristóteles**. Viso: Cadernos de estética aplicada, v. I, n. 2, mai./ago., p. 1-13, 2007.
- SPINA, S. **A cultura literária medieval**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997